

Círculo do Porto
Projecto de Recomendação à Assembleia da República

Os deputados do círculo do Porto apresentam à Assembleia da República as seguintes recomendações:

1. Criação de um sistema de incentivos à inovação através de um fundo emanado do Orçamento Europeu e de outras fontes, que se desdobra em dois planos. Primeiramente, na iniciativa da criação de PME's, com maior incidência nas zonas desertificadas – mas nunca esquecendo os centros urbanos, onde o desemprego atinge os níveis mais altos. Em segundo lugar, no investimento nos biocombustíveis, dado serem os únicos substitutos de grande escala do petróleo. O grande objectivo desta medida é a total modernização da produção dos biocombustíveis, para que se dê a transferência para a segunda geração, o que significa a obtenção do dobro da quantidade de etanol a partir da mesma quantidade de matéria-prima. São também essenciais a regulamentação e fiscalização da sua produção, para que se garanta qualidade e sustentabilidade, mas também para não negligenciar a ameaça de subida de preço dos géneros alimentícios.
2. Aprovação de um pacote legislativo direccionado para a criação de emprego para os jovens – os quais enfrentam sérias dificuldades na transição da escola para o mercado de trabalho –, incluindo um benefício fiscal para as empresas que recrutem jovens para os seus quadros como efectivos.
3. Constituição de um comité de especialistas em matéria ambiental que sejam representantes dos diferentes Estados-membros. Numa primeira fase, seria elaborado um relatório pormenorizado sobre as potencialidades energéticas dos diferentes países europeus e, com base neste, estipular metas a atingir e submeter um plano de acção exequível para cada um dos países à aprovação do Conselho da União Europeia. E, por sua vez, numa fase seguinte, teria de proceder à monitorização do cumprimento do plano de acção, estando-lhe reservado o direito de aplicação de sanções aos países que não cumpram os seus objectivos.
4. A União Europeia deveria ter um papel mais activo no sentido de erradicar a pobreza dentro das suas fronteiras, através da implementação de medidas

de segurança social que assegurem o direito à dignidade e a uma vida confortável dos seus cidadãos.

5. Maior investimento na Educação, tanto no Ensino Secundário – a nível da promoção cultural e incentivo ao prosseguimento de estudos, fornecendo informações actualizadas sobre a disponibilidade de saídas profissionais – como também no Ensino Superior – no sentido de aumentar o interesse das universidades estrangeiras em estabelecer protocolos de intercâmbio com as universidades portuguesas. É necessária a agilização da implementação do Tratado de Bolonha e uma maior padronização dos planos de estudo dos diferentes cursos, de modo a facilitar a adaptação às universidades europeias.

Aprovado na Sessão Distrital realizada em Matosinhos a 26 de Fevereiro de 2008.